ARQUITETURA NOS EDIFÍCIOS ESCOLARES PÚBLICOS, REFLEXÕES...

EDUARDO HIDEO SUZUKI[1]

SUZUKI, E. H. Arquitetura nos edifícios escolares públicos, reflexões... *Semina*: Ci. Soc. Hum., Londrina, v. 21, n. 3, p. 59-62, set. 2000.

RESUMO: *Este trabalho pretende estimular uma pequena reflexão sobre a arquitetura escolar pública, discutindo os aspectos físicos existentes nestes espaços e analisar se estas soluções enquanto partes integrantes do processo educacional estão refletindo da melhor maneira possível as necessidades físicas para a educação, seus usuários e utilizadores.*

PALAVRAS-CHAVE: *Arquitetura; escolas; edifícios públicos.*

INTRODUÇÃO

As questões que dizem respeito ao cotidiano escolar com reportagens em jornais, revistas e em outras tantas formas de divulgação, trazem em pauta velhas discussões referentes aos problemas de toda ordem nas escolas públicas. Desde a falta de vagas, verbas, professores e espaços físicos adequados.

"O cotidiano escolar reflete a História da sociedade assim como sua própria história" (Penin, 1995, p.160).

A existência por toda nossa história de um quadro contínuo de dependência econômica e política, com certeza, agrava a tão carente quantidade e qualidade das escolas públicas. Vários enunciados citam que as escolas não conseguem acompanhar o crescimento e as demandas da sociedade. A falta de planejamento e de um crescimento orientado das cidades faz com que nossas escolas sejam os reflexos deste quadro caótico com todos os problemas e vicissitudes sociais existentes.

> *"O conhecimento do real é uma luz que projeta sempre algumas sombras".* (Lamparelli, 1996. p. 32).
> *"Com efeito, a educação é um processo de estabilidade social e apenas secundariamente de ascensão social, (...) As duas funções da escola – a de estabilidade e a de renovação – devem ser cumpridas, mas sem se prejudicarem. O equilíbrio entre elas é uma condição de boa saúde social. (...) Seja o ensino primário, seja o médio, seja o superior, destinam-se primordialmente, à transmissão de um certo nível de cultura indispensável à vida das diferentes camadas sociais e, deste modo, a mantê-las estáveis e eficientes"* (Anísio Teixeira *apud* Oliveira, 1991, p. 35).
> *"Será que o papel do prédio escolar está sendo o de uma instituição formativa ou aquele de uma instituição controladora"* (Loureiro, 1999, p. 1).

Estas breves observações trazem algumas reflexões que nos permitem previamente estabelecer que a arquitetura destas escolas salvo raras exceções, possuem problemas e soluções arquitetônicas mal resolvidas. Quer seja no âmbito físico, estético, funcional ou construtivo da forma mais básica e elementar. *"a postura e a atitude perante o problema é algo a se construir interiormente, através da prática profissional consciente, da pesquisa e do engajamento sócio-político, que denotam a alma do arquiteto"* (Waragaya, 1998, p. 235).

A ARQUITETURA ESCOLAR

As escolas necessitam de flexibilidade e mutabilidade, face aos avanços e mudanças periódicas nos métodos e no sistema pedagógico. A cada ano existem também novas demandas e necessidades em cada região da cidade. A maioria das escolas estaduais implantadas na cidade de Londrina demonstra não levar em consideração os padrões mínimos de conforto e inserção junto ao contexto regional, local e ambiental.

As áreas destinadas às escolas normalmente são as mais problemáticas possíveis quanto à localização, topografia e operacionalidade.

[1] Arquiteto e Professor Mestre pela FAU-USP

"Na Arquitetura e no Urbanismo as questões do conhecimento apontam na direção da concepção e construção de espaços, abrigos e condições físicas apropriadas às atividades humanas, ao mesmo tempo em que se constituem expressões da cultura e dos valores de uma sociedade historicamente determinada" (Lamparelli, 1996, p.17).

As escolas normalmente são administradas pelo diretor, em conjunto com a associação de pais e mestres, e o conselho escolar com representantes dos professores, funcionários, comunidade e dos pais. De fato, esta participação vai de encontro com as expectativas de contornar os grandes problemas sociais, que se refletem nas escolas fechadas, como o vandalismo, violência e tráfico de drogas. Os espaços escolares deveriam envolver a comunidade, criando assim uma consciência coletiva de apropriação, uso e a sua preservação.

"O projeto de escola é, nessa perspectiva, uma construção coletiva e gradual que se inicia por uma reflexão conjunta da equipe escolar sobre o que se ensina, como se ensina, para quem se ensina" (Souza e Silva, Ribeiro, Sampaio, Quadrado, 1995, p. 49).

Segundo Lima (1995, p. 109) "... *o espaço de uma escola tem que ser qualitativamente voltado para despertar curiosidade, para despertar o interesse e a paixão pelo conhecimento".*

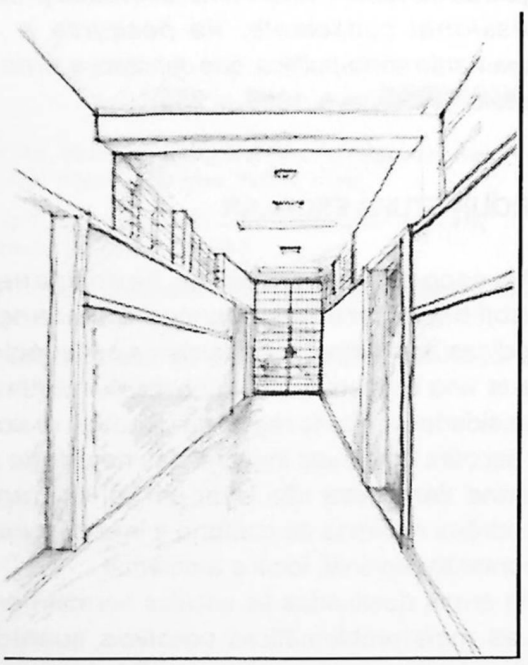


Figura 1 – Circulação entre as salas do Colégio Estadual Humberto Coutinho – Londrina Pr.
Fonte: Desenho do autor –2000.

Assim, conforme cita Lima (1995), o projeto da escola é elaborado prevendo espaços para trabalhos com determinados métodos. Mas os métodos não duram para sempre, exigem reciclagens, e o espaço construído não acompanha esta velocidade. É preciso pensar em edifícios que possam levar em conta a mutabilidade tão natural nas coisas humanas.

O arquiteto Eduardo Corona expõe, em entrevista concedida em 1993, que quando era parte integrante da equipe de um dos pioneiros da arquitetura contemporânea, o Arquiteto Hélio Duarte, pela primeira vez, em 1946, pensou em critérios para orientação adequada à arquitetura dos prédios escolares, nas salas de aula, na racionalidade das circulações, na eficiência da ventilação, etc.

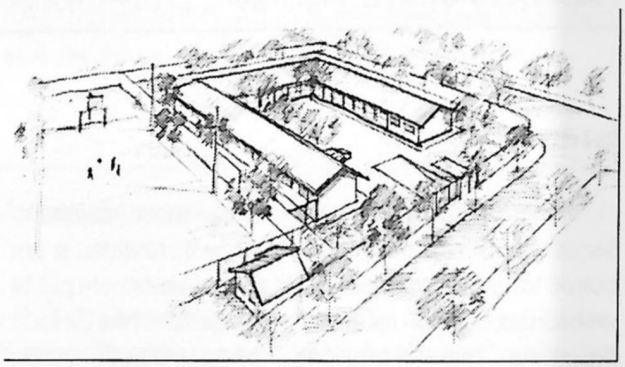


Figura 2 – Croqui da vista aérea e implantação. Colégio Estadual Lúcia Barros Lisboa – Londrina Pr.
Fonte: Desenho do autor –2000.

"Certamente a produção e uso adequados dos ambientes escolares não podem ser considerados requisitos únicos para a melhoria do ensino público. Entretanto, inúmeros estudos internacionais comprovam que as características destes são fatores de influência na capacidade de aprendizado dos alunos, devendo, assim, receber atenção especial dos órgãos públicos, arquitetos, engenheiros e usuários em geral envolvidos" (Ornstein & Borelli Neto, 1993, p.41).

"O prédio escolar se confunde com o próprio serviço e com o direito à educação. Embora colocado no rol dos itens secundários dos programas educativos, é o prédio da escola que estabelece concretamente os limites e as características do atendimento. E é ainda esse objeto concreto que a população identifica e dá significado" (Lima, 1988).

Conforme Oliveira (1998, p. 23) relata no livro, Arquitetura Escolar e Política Educacional FDE, quando da existência da CONESP no governo Paulo Egydio Martins em São Paulo, o Arquiteto João Honório de Mello Filho, superintendente de projetos, implementou o uso da racionalização. Ao invés de

padronizar o edifício, padronizou os componentes, uma cultura da construção escolar racionalizada.

Bussab (1998, p. 24) entende porém que o projeto converteu-se em um jogo de armar, dificultando a criatividade *"(...) a padronização excessiva inibe uma das principais forças da arquitetura, que é a de utilizar as possibilidades da arte para ensejar o avanço da técnica"*.

No caso da arquitetura escolar, o ideal não estaria na rigidez das normas nem na liberdade total, os dois extremos acabam produzindo resultados insatisfatórios. Na época do governo Carvalho Pinto, o convênio com o IPESP possibilitou a concepção de obras notáveis, fazia-se à arquitetura pela arquitetura. Vãos generosos e pátios amplos. Mas tudo sem uma sistematização ou sem uma interpretação do que era o processo pedagógico, no que diz respeito à arquitetura. A falta de articulação dos espaços físicos com as questões da pedagogia, a visão do pedagogo e o partido que o arquiteto adotava, não correspondiam simultaneamente às necessidades pedagógicas e arquitetônicas da realidade do ambiente construído. As escolas construídas e adaptadas com muros de 3 a 4 metros de altura, fechadas e pseudoprotegidas das ações de vândalos e traficantes, têm que procurar alternativas que busquem a aproximação junto à comunidade.

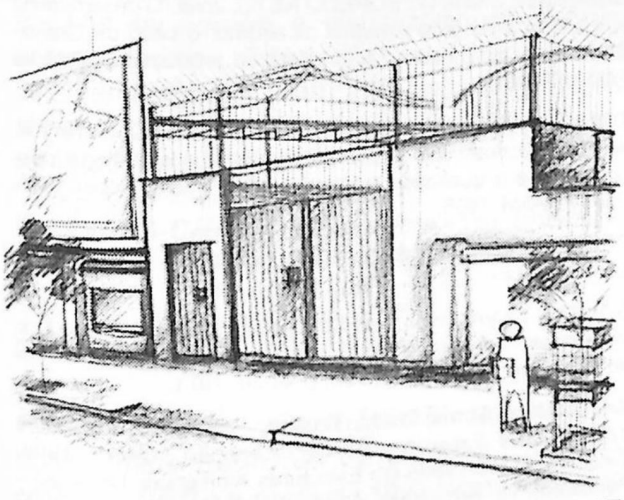


Figura 3 – Detalhe do portão de entrada dos alunos do Colégio Estadual Hugo Simas – Londrina Pr.
Fonte: Desenho do autor –2000.

> *"Porque as escolas que trabalham com a estreita participação da comunidade ficam mais seguras (...). A consciência coletiva ajuda na preservação dos bens essenciais à melhoria do padrão de vida das comunidades"* (Oliveira, 1998, p. 26).

Segundo as normas da União Internacional dos Arquitetos (UIA) a criança deve ter prolongamento visual na sala de aula, suavidade, ergonomia, luminosidade e ar, pois estas condições ambientais influenciam diretamente no aprendizado.

> *(...) sendo o prédio ele mesmo "um professor" estaria submetido aos mesmos sistemas de mensagem que regulam a transmissão do conhecimento educacional. O que não se consegue perceber, ou ao menos não está explícito nestes enunciados, é 'como' o ambiente educa, ou seja, que conhecimento válido é transmitido e de que forma ele se realiza* (Loureiro, 1999, p. 2).

Conforme a Constituição Federal no Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentada após a Constituição Federal de 1988 e na nova LDB promulgada em 1996, fica determinado que a educação infantil deve tratar a criança como cidadã, destacando a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

As novas diretrizes determinam que a criança deva ser tratada como uma pessoa em processo de desenvolvimento, um sujeito ativo da construção do seu conhecimento, como todo ser humano um sujeito social e histórico, ligado à família, a sociedade, a cultura e a um momento histórico, marcado pelo meio social que se desenvolve.

Cabe aos estados, e aos municípios fomentar o desenvolvimento desta etapa preliminar da escolaridade com ações, visando o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual.

Sabe-se que o desenvolvimento psicológico ocorre através de interações entre a criança e seu meio físico e social, esta interação com o ambiente, modifica e é por ele modificado.

> *É que a escola, enquanto elemento físico, não determina o conteúdo do ensino que nela se dá, mesmo quando ela se apresenta flexível e aberta. O contrário, porém, não se verifica: quando o projeto de uma escola é fechado, isto é, limitado aos dados estáticos de uma situação transitória, ela consegue tornar-se obstáculo para o desenvolvimento do processo educativo* (Lima, 1995, p. 53).

CONCLUSÃO

Questões são levantadas e questionadas a todo o momento: Será que em qualquer espaço as crianças brincam, aprendem e se desenvolvem? Em qualquer lugar se ensina uma criança? O edifício

escolar responde adequadamente ao pedido específico solicitado pela sociedade? Que pedido específico é este?

> *O problema é que eles não entendem a arquitetura. A arquitetura é meio complicada para um cidadão comum aceitar e compreender. Eu tenho certeza que uma criança educada, se puder fazer um curso primário num prédio excelente, arquitetonicamente falando, garanto que sai com outra mentalidade. Isso não acontece na prática porque não existem esses prédios. Tínhamos que introduzir a cor, os aspectos de liberdade da criança, mesmo paredes para riscar e sujar deviam ser previstas no projeto, para desenvolver uma criatividade. Agora, as professoras que existem na educação de hoje, não saberiam corresponder a isso, porque, pôr sua vez, não tem o preparo adequado para compreender a arquitetura.* (Corona, 1993, p.61)

SUZUKI, E. H. Architecture in state school buildings, reflections... *Semina*: Ci. Soc. Hum., Londrina, v. 21, n. 3, p. 59-62, set. 2000.

ABSTRACT: *This paper intends to stimulate a reflection about the present physical architectural condition of school buildings, and analyze if it really fulfills the physical needs of the education system.*

KEY WORDS: *Architecture; schools; building.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS ESCOLARES, 1, 1994, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FDE, 1994.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Arquitetura escolar e politica educacional*: os programas na atual administração do Estado.. São Paulo: 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas. *Manual para elaboração de projetos de edifícios escolares na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 1996.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. *Cadernos de Pesquisa do LAP 15.* Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 1996.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. *Arquitetura e educação.* São Paulo: Studio Nobel, 1995.

_____. *A cidade e a criança.* São Paulo: Nobel, 1989.

_____. A importância da qualidade do espaço na educação das crianças. *Criança*, Brasília, n. 27, p. 9-12,1994.

LOUREIRO, Claudia. *Classe, controle, encontro: o espaço escolar.* 1999. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, São Paulo,1999.

ORNSTEIN, Sheila W.; ROMERO, Marcelo A.. *Avaliação Pós-Ocupação (APO) do ambiente construido.* São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

ORNSTEIN, Sheila W.; BORELLI NETO, José. *O desempenho dos edificios da rede estadual de ensino, o caso da Grande São Paulo.* São Paulo: Laboratório de produção gráfica da FAU-USP, 1993

ORNSTEIN, Sheila W.; BRUNA, Gilda C.; ROMERO, Marcelo A. *Ambiente construido e comportamento*: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental . São Paulo: Nobel; FAU-USP/ FUPAM, 1995.

PENIN, Sonia. *Cotidiano e escola:* a obra em construção. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA E SILVA, Maria Alice Setubal *et al.* A Escola como foco de análise: Um estudo de 16 unidades escolares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 95, p.43-50, 1971.

WARAGAYA, Marta Etsuko Tamura. *Projeto de Arquitetura para Escola Experimental de Educação Infantil.* 1998. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.